



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 9830808 - DEA-DPCE

SEI/TJPR Nº 0127767-42.2023.8.16.6000
SEI/DOC Nº 9830808

COMARCA DE PARANAVAÍ

Objetivo: Apresentar as informações e diagnóstico referentes à estrutura física da Comarca de **PARANAVAÍ** e opções de intervenção nesta estrutura, objetivando subsidiar a Administração do Poder Judiciário do Estado do Paraná nas decisões referentes a execução de obras na Comarca.

Órgão interessado: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Local do Empreendimento: Município de Paranavaí, situado no Lote nº "06", subdivisão do lote nº 18 e 20-R-4, subdivisão do lote nº 18 e 20-Remanescente, oriundo da subdivisão das partes dos lotes nº 18 e 20 da Gleba 1- Ivaí.

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE ELABORADORA OU CONSULTIVA
2. DOCUMENTOS
3. METODOLOGIAS E CRITÉRIOS DE ESTATÍSTICA
4. INTRODUÇÃO
5. JUSTIFICATIVA - (art. 18, §1º, I)
6. INFORMAÇÕES SOBRE A COMARCA
 - 6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS NA COMARCA
 - 6.1.1. FÓRUM CENTRAL
 - 6.1.2. OUTROS IMÓVEIS
 - 6.2. DADOS DO MUNICÍPIO DE **PARANAVAÍ**
 - 6.3. DADOS ADMINISTRATIVOS DA COMARCA
7. DIAGNÓSTICO DA COMARCA
8. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PAC E ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (art. 18, §1º, II)
9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III)
10. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, IV)
11. LEVANTAMENTO DE MERCADO - ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS E PRAZOS (art. 18, §1º, V)
 - 11.1. ALTERNATIVA 1 - REFORMA DO FÓRUM CENTRAL ATUAL
 - 11.2. ALTERNATIVA 2 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM CENTRAL
 - 11.3. ALTERNATIVA 3 - CONSTRUÇÃO DE NOVO FÓRUM CENTRAL
 - 11.3.1 DO TERRENO DOADO
12. ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS (art. 18, §1º, VI)
13. CRITÉRIOS PARA ORÇAMENTAÇÃO ESTIMATIVA PARA LICITAÇÕES DE OBRA NO REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA
14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII)
15. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (art. 18, §1º, VIII)
16. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX)
17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, X)
18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI)
19. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII)

20. IMPACTOS SOCIOECONÔMICO, SOCIOAMBIENTAL, SOCIOCULTURAL E SOCIOPOLÍTICO (Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 447, II)

21. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO DECRETO ESTADUAL 10.086/2022

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS – VIABILIDADE DA CONSTRUÇÃO (art. 18, §1º, XIII)

1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE ELABORADORA OU CONSULTIVA

- DEA-DP – Divisão de Projetos do Departamento de Engenharia e Arquitetura
- DEA-DPCE – Divisão de Planejamento de Contratações de Engenharia do Departamento de Engenharia e Arquitetura
- DEA-DMA – Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia e Arquitetura
- DPLAN – Departamento de Planejamento
- DTIC – Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
- DP – Departamento do Patrimônio
- DGST – Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

2. DOCUMENTOS

Documentos que subsidiam o presente Estudo:

- DEA-DP Estudo de Viabilidade [9788421](#)
- DEA-DP Planta de Implantação PARANAVAÍ ([9788456](#))
- Matrícula de Registro de Imóveis Nº 46.211 - PARANAVAÍ ([9643504](#))
- DPLAN Relatório Dados Judiciais Paranaíba ([9636338](#))

- Cota DP-D [9748292](#); Cota DP-DAM [9734996](#)
- Informação DGST-DGC [9745911](#); Manifestação DGST-DSAS [9751974](#)
- Informação DTIC-CIN-DINFRA [9755856](#)
- Informação DEA-DMA [9774474](#)

3. METODOLOGIAS E CRITÉRIOS DE ESTATÍSTICA

Para consulta à metodologia de Ranqueamento e Nota Referencial, verificar o estudo “Memorial – Critérios de Ranqueamento e Depreciação de Bens Imóveis - Resolução 114re/2010 CNJ” do Departamento de Engenharia e Arquitetura - [0122770-16.2023.8.16.6000](#).

Para consulta à metodologia de interpretação aritmética dos Índices DPLAN – da Diretoria de Planejamento, verificar relatório elaborado por aquele Departamento, conforme documento SEI Relatório Comarcas – Departamento de Planejamento que instrui o expediente e o estudo “Memorial – Critérios de Ranqueamento e Depreciação de Bens Imóveis - Resolução 114/2010 CNJ” do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

Para Algoritmo de Depreciação e Código de Estado de Conservação, consultar o Anexo 1 da Instrução Normativa TJPR nº [16/2018](#), que disciplina sobre os procedimentos necessários ao controle dos bens imóveis pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, em conformidade com os procedimentos previstos no Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais do TJPR - [0005867-05.2017.8.16.6000](#).

Cabe ressaltar que os valores monetários referidos nas estimativas de custos e prazos de projetos e obras são aproximações, conforme as informações disponíveis das Divisões Técnicas deste Departamento, podendo sofrer alterações em decorrência de:

- a) condições não esperadas dos terrenos ou das edificações existentes (estudo de solo, etc.);
- b) alteração nas determinantes de escopo de projeto (pela Comarca, Administração, ou órgãos públicos de fiscalização de projetos e obras);
- c) condições econômicas à época das contratações efetivas;
- d) alterações de prazos licitacionais por situações externas (recursos ou impugnações pelos licitantes);
- e) condições ou critérios não previsíveis a partir dos históricos de obras, projetos e licitações deste Departamento;
- f) demais circunstâncias que fujam de uma normalidade.

4. INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva a apresentação à Administração do Poder Judiciário do Estado do Paraná das informações necessárias à análise, seleção e recomendação de alternativas para a concepção de eventuais obras na Comarca de **PARANAVAÍ**, de

forma a permitir verificar se o programa, terreno, legislação, custos, prazos e investimentos apresentados são viáveis e compatíveis com os objetivos do Poder Judiciário do Estado do Paraná e com o melhor interesse público.

Este documento objetiva, também, apresentar os dados de viabilidade técnica de contratação de empresa especializada para a **elaboração de projetos executivos e execução da obra**, pelo regime de contratação integrada, necessária para implementar a opção escolhida pela Administração para intervenção na estrutura física da Comarca, reforma, ampliação ou obra nova, com levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência e posteriormente o Edital de Licitação.

5. JUSTIFICATIVA (art. 18, §1º, I)

O estudo ora apresentado decorre de determinação do Exmo. Sr. Desembargador Presidente, conforme Ofício DEA-D [9607769](#) do protocolado nº [0127767-42.2023.8.16.6000](#), nos termos da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

A justificativa da necessidade da contratação encontra-se no Documento de Formalização de Demanda [9607797](#):

" Trata-se de estudos para a eventual construção de novos Fóruns nas Comarcas de CAMPO MOURÃO, UNIÃO DA VITÓRIA E PARANAVAÍ. As referidas Comarcas necessitam de novas estruturas frente às suas atuais demandas. Com efeito, citam-se as inúmeras intercorrências que, diuturnamente, as Comarcas tem em sua estrutura, como: precariedade nas instalações hidráulicas e elétricas, espaços físicos incompatíveis com a atual demanda processual. Ainda, devido ao grande lapso temporal das construções que abrigam os Fóruns, muitos deles não tem acessibilidade para os portadores de necessidade especiais, sendo inviável economicamente e tecnicamente a construção de rampas de acessibilidade, plataforma e/ou elevadores. Desta forma, torna-se mister o início do presente expediente visando aferir qual a melhor solução atender as demandas das mencionadas Comarcas. Cumpre ainda registrar que houve decisão da alta cúpula diretiva determinando a revisão dos padrões construtivos desta Corte."

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

6. INFORMAÇÕES SOBRE A COMARCA

6.1. CARACTERIZAÇÃO DOS IMÓVEIS NA COMARCA

6.1.1. FÓRUM CENTRAL

O Fórum Central da Comarca de **PARANAVAÍ** está instalado em edificação construída em 1980 com 1.944,09 m² de área, implantado em terreno de 6.639,82 m² de propriedade do Estado do Paraná, Matrícula de Registro de Imóveis nº 46.211, e, apesar de ter recebido serviços de reformas e manutenções no transcorrer do tempo, as necessidades atuais dos usuários e servidores estão bastante prejudicadas, inclusive havendo problemas de déficit de áreas internas. Atualmente seu Código de Estado de Conservação é 4 - Entre regular e necessitando reparos simples, nos termos dos Critérios de Depreciação NBR com índices entre 1 - Edificação Nova e 9 - Edificação sem valor.



Fachada Fórum Central

6.1.2. OUTROS IMÓVEIS

Não existem outros imóveis de uso forense na Comarca.

6.2. DADOS DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ



Área: 1.197,234 km²

População: 89.454 hab.

Taxa de Crescimento Populacional: 0,75% (do Estado do Paraná = 0,89%)

Crescimento Populacional em números (IBGE):

1990 70.486

2001 76.229

2011 82.039

2018 87.813

2021 89.454

Crescimento de 26,91% em 31 anos.

Projeção Populacional (IPARDES):

2020 87.592

2030 89.970

2040 89.348

Crescimento de 2,00% em 20 anos.

Índice IDH: 0,763 (do Estado do Paraná = 0,749)

População Econômica Ativa: 43.835 hab.

Fonte: IPARDES (<https://www.ipardes.pr.gov.br/>)

Conclusão: Há tendência evidenciada de prosseguimento do crescimento populacional pela projeção do IPARDES, com estabilização a partir de meados de 2030.

6.3. DADOS ADMINISTRATIVOS DA COMARCA

A Comarca é de entrância final, conforme Código de Organização e Divisão Judiciárias Lei nº 14.277/2003, atendendo os Serviços Distritais de Amaporã, Nova Aliança do Ivaí, Tamboára, Graciosa e Sumaré.

Considerando o Ranqueamento de Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Paraná (conforme Resolução nº 114/2010 do CNJ), a Comarca tem Nota Referencial **179**, encontra-se na **18ª posição** de prioridade de atendimento para intervenção relevante entre as 162 Comarcas de interior (ver Relatório da Comarca que instrui o expediente - [9643531](#)).

7. DIAGNÓSTICO DA COMARCA

De acordo com a análise da Divisão de Projetos constante do doc. [9788421](#): "A análise arquitetônica da estrutura física para a Comarca deve considerar, notadamente, o fato de que o Fórum Central está instalado em edificação própria mas construída há muitos anos, praticamente 45 anos e segundo os parâmetros de fóruns da década de 70, sem acessibilidade, com restrito uso de tecnologias, portanto, apesar de não ter ainda sua vida útil esgotada (70 a 75 anos), tem ambientes internos com áreas subdimensionadas em relação aos parâmetros mínimos de áreas atuais nos termos da Resolução 114/2010 – CNJ, e podendo ser considerado técnica e funcionalmente obsoleto em relação à utilização funcional esperada de uma edificação pública contemporânea, devendo-se considerar, também, o fato de a edificação ter implantação que praticamente esgotou todo o potencial construtivo do terreno, com áreas de solo livres apenas nos recuos frontais (não edificáveis) e afastamentos laterais (estreitos ou inexistentes), áreas consideradas arquitetonicamente inaptas para ampliações, e uma área potencialmente edificável, contudo, por se tratar da área de estacionamento privativo, não pode ser considerada como edificável na prática, pois sua utilização para ampliação suprimiria totalmente qualquer vaga de estacionamento no Fórum Central."

A análise do DPLAN esclarece o estudo quanto à probabilidade de necessidade de previsão em projeto de expansão das áreas acima referidas, em decorrência da possibilidade maior ou menor de criação de novas Varas Judiciais ou cargos de magistrados, deve-se fazer a referência à análise estatística do Departamento do Planejamento, DPLAN.

De acordo com a análise realizada pela DPLAN constante no Relatório documento SEI [9636338](#) de 05 de outubro de 2023, são apontadas as seguintes conclusões quanto à possibilidade estatística de necessidade futura de expansão do quadro de magistrados na Comarca: "Nesse momento, não se observa necessidade de expansão do quadro de magistrados, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CNJ 184/2013, que dispõe sobre a metodologia de cálculo dos Cargos de Magistrados Necessários."

Em que pese a previsão de estabilização do crescimento populacional, conforme dados extraídos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social IPARDES, bem como apontamento pelo DPLAN de que não há necessidade de expansão do quadro de magistrados conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CNJ 184/2013, cabe à Administração Pública garantir a integridade física e acessibilidade aos usuários às suas instalações de forma igualitária e inclusiva.

Ademais, verifica-se a premente necessidade de intervenção da Comarca, posto que a edificação encontra-se obsoleta tendo em vista o fato de que se trata, segundo estudos técnicos, de uma edificação muito antiga, sem possibilidade de ampliação, sendo a construção de nova sede a solução mais apropriada ao caso.

Portanto, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

8. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PAC E ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (art. 18, §1º, II)

A presente contratação foi prevista no Plano de Anual de Contratações ([8208686](#)), contudo através da Decisão Presidencial [8802681](#) foi determinada a alteração de metragens e projetos desta Comarca visando atender os princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e art. 91 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

As opções de intervenção na estrutura física da Comarca apresentadas pelo presente Estudo Técnico Preliminar visam atender às funcionalidades e ambientes jurisdicionais preconizados pelos critérios do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e às normativas técnicas e legais de sustentabilidade e de universalização da acessibilidade, com ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS plenos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS Agenda [2030](#) da ONU, e aos [Valores Institucionais](#) do Poder Judiciário do Estado do Paraná e ao Planejamento Estratégico TJPR [2021-2026](#), notadamente:

O Objetivo Estratégico 01 – Garantia dos Direitos Fundamentais

Indicador 2: Índice de edificações do Poder Judiciário do Estado do Paraná com acessibilidade por Rota Acessível

Indicador 3: Índice de edificações com acessibilidade física

O Objetivo Estratégico 03 – Promoção de Sustentabilidade

Indicador 15: Consumo de energia elétrica *per capita*

Indicador 19: Índice de itens sustentáveis adquiridos em contratações

O Objetivo Estratégico 09 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Indicador 48: Quantitativo de edificações novas do Poder Judiciário do Estado do Paraná

Indicador 49: Padronização de Arquitetura e Infraestrutura Predial Forense

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso II, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III)

Conforme as diretrizes fixadas no [E-box de guias práticos de licitações e contratos, convênios e termos de cooperação: estudo técnico preliminar – solução: obras e serviços de engenharia](#) lançado pela Procuradoria do Estado do Paraná, o item relativo aos requisitos da contratação deve estabelecer elementos necessários e suficientes para que a demanda alcance uma solução que atinja o interesse público, que resolva o problema apresentado. Nele, ainda não se estudam as soluções, mas os elementos que devem constar nas possíveis soluções que serão apresentadas.

Desta feita, quando da elaboração do Termo de Referência, pautado nas orientações supracitadas, serão tratados os tópicos, conforme a contratação em comento, Obras e serviços sustentáveis sob os aspectos socioambientais, socioeconômicos e sociocultural; Exigência de qualificação técnica dos potenciais contratantes; Transferência de tecnologia, técnica, conhecimento e direitos de propriedade; Transferência de patrimônio; Padrões mínimos de qualidade; Prazo de entrega; Prazo de execução; Normas a serem respeitadas; Necessidade de garantia, de treinamento, de instalações no local da contratação, dentre outros.

Nesta toada, tais requisitos serão apresentados em momento oportuno, quando da elaboração do Termo de Referência, tendo em vista que o Estudo Técnico Preliminar ainda é o momento de planejamento e verificação da real necessidade da contratação, e de analisar a viabilidade técnica da solução.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o artigo 15, §1º, inciso III, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

10. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, IV)

Tendo em vista o procedimento ainda encontra-se em fase de Estudo Técnico Preliminar, não existe levantamento detalhado acerca dos serviços e quantidades dos mesmos, no que tange à elaboração dos projetos técnicos, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

No capítulo LEVANTAMENTO DE MERCADO - ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS E PRAZOS é sugerido no Estudo de Viabilidade:

"Projeto sugerido a adotar: considerando a conclusão das intervenções em tese, e considerando ser a Comarca em apreço de Entrância Final com 6 Varas Judiciais, e a necessidade de previsão de pelo menos reserva de expansão para uma Vara Judicial, e consultando os Fóruns Padrão TJPR, conclui-se que os projetos Padrão que correspondem, aproximadamente, à necessidade da Comarca, são o P2500 e o P5000, contudo o P2500 prevê apenas 5 Varas Judiciais (não suprimindo o necessário) e o P5000 prevê 10 Varas

Judiciais (supera o necessário de 6 varas mais 1 a 2 de expansão em pelos menos 2 Varas de expansão)

Desta forma, considerando o interesse da Administração em implantar sempre Fóruns Padrão, cabe à Administração a definição da adoção ou não do Fórum Padrão P5000 apesar de esse prever 4 Varas de expansão além das 6 já instaladas, com área a construir de aproximadamente 6.300,00 m² (5.200,0 m² da torre e 1.100,0 m² para estacionamentos cobertos e edículas de serviços), ou determinar a elaboração de projeto arquitetônico diverso.

Em sendo escolhida a opção de adoção do Fórum Padrão P5000, a implantação sugerida é a anexada ao expediente. Para efeito do presente EVT arquitetônico, serão indicados os valores e prazos referentes ao P5000, ficando a critério da Administração determinar estudo diverso para fórum não padrão para a Comarca em tela."

Nos termos do Protocolado SEI [0141026-07.2023.8.16.6000](#), houve Manifestação [9753742](#) com as justificativas dos novos FÓRUM PADRÃO – 2023, elaborada com base nas interferências na elaboração dos projetos padrão do TJPR, face à implantação do processo judicial digital, a evolução na implementação dos serviços on-line devido a pandemia, bem como a implantação do teletrabalho. No referido documento é fundamentado o desenvolvimento dos projetos padronizados para o atendimento de **Comarcas com até 10 Varas Judiciais**.

Seguindo os preceitos da Administração 2023, o Departamento de Engenharia e Arquitetura, visando contínua melhoria dos procedimentos de trabalho, e objetivando a melhoria da eficiência e economicidade dos gastos públicos nas obras e serviços de engenharia decorrentes dos estudos e projetos de engenharia e arquitetura, apresentou à alta cúpula do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná os novos padrões de edificações, sistemas, instalações, acabamentos e revestimentos adotados nos projetos como institucionais para as edificações forenses e administrativas desta Egrégia Corte. Estes padrões foram referendados pela Administração.

Os projetos padronizados atendem a nova realidade dos processos de trabalho do Judiciário Paranaense, de modo que contemplam o impacto do teletrabalho, da digitalização e virtualização de processos e do uso cada vez mais acentuado de tecnologias e métodos que tornam o processo mais racional e eficiente.

A adoção de padronizações de programas de necessidades (projetos padronizados), sistemas construtivos, materiais e acabamentos é justificada na Informação [9777426](#)

Assim, no Estudo de Viabilidade [9788421](#) é justificada a área de aproximadamente **6.300,00 m² (5.200,0 m² da torre e 1.100,0 m² para estacionamentos cobertos e edículas de serviços)** da nova edificação para o Fórum da **Comarca de PARANAVAÍ**, para o atendimento adequado do programa de necessidades e lotação paradigma, sendo esta a quantidade adequada a ser contratada para atendimento do objeto.

Isso posto, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

11. LEVANTAMENTO DE MERCADO - ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS E PRAZOS (art. 18, §1º, V)

Passa-se à análise das eventuais possibilidades de intervenção, considerando que a estrutura física forense de uma Comarca pode receber intervenção de três ordens para melhoria e/ou ampliação da estrutura forense:

- 1) reforma;
- 2) reforma e ampliação e
- 3) construção de Novo Fórum Central.

Estas alternativas serão analisadas a seguir, seguindo análise técnica e conclusões da Divisão de Projetos deste Departamento.

Uma quarta eventual possibilidade adicional de intervenção na estrutura física da Comarca seria a locação de edificações para uso forense, contudo esta alternativa não será objeto deste estudo, haja vista a premissa do Poder Judiciário do Estado do Paraná de estruturação de suas unidades judiciárias em imóveis próprios, e por não ser da competência deste Departamento a locação de imóveis, mas tão somente as ações que se referem às hipóteses 1 a 3 acima referidas.

Os valores apresentados abaixo englobam **projetos e obra**.

11.1. ALTERNATIVA 1 - REFORMA DO FÓRUM CENTRAL ATUAL

A reforma do imóvel poderia melhorar as condições de preservação da edificação, ampliando, inclusive, a vida útil remanescente, contudo, não sanaria as diversas deficiências, considerando a carência e exiguidade de área construída e de espaços internos, assim como o layout já obsoleto.

Este é também o parecer da Divisão de Projetos deste Departamento: "**1. Reforma:** a simples reforma da edificação não é considerada por esta Divisão de Projetos como adequada para melhoria das condições da estrutura física, mas simples paliativo sem maiores consequências na melhoria da situação no Ranqueamento de Comarcas, notadamente, face à idade da edificação, por exigir elevado dispêndio para minimamente adequá-la às condições tecnológicas mínimas contemporâneas inclusive quanto à acessibilidade universal e autônoma. Mesmo a previsão de um caro *retrofit* não teria o condão de melhorar significativamente a situação, pois apenas atualizaria os sistemas de infraestrutura e ampliaria a vida útil da edificação, mas não sanaria a séria carência de espaço físico."

De fato, a solução pouco mudaria a situação da Comarca, alterando a posição da Comarca no Ranqueamento da atual **18ª** posição para **22ª** posição, ou seja, em relação às demais 162 Comarcas de interior do Estado a Comarca continuaria mal posicionada.

ESTIMATIVA DE CUSTOS E PRAZOS

1. Reforma simples:

- Área da edificação a reformar: 1.944,09 m²;
- Prazo estimativo elaboração projetos, orçamentos e licenciamentos: 4 meses;

- Prazo estimativo de execução de obra: 6 meses;
- Valor estimativo projetos e obra: R\$ 2.332.800,00;
- Prazo estimativo de licitação: variável (licitação necessária, por não aplicar-se Ata de Registro de Preços de Serviços Comuns de Engenharia face à escala da obra/serviço);
- Durante o período de reforma, considerar necessidade de locação de imóvel com aproximadamente 50% da área da edificação a reformar, para uso como área de transferência provisória de unidades cujo espaço físico esteja em reforma.

QUADRO RESUMO

Situação Física	Posição Ranqueamento
Atual	18ª
Após intervenção	22ª
Valor total estimado (projeto e obra)	R\$ 2.332.800,00
Prazo total estimado (projeto e obra)	10 meses

*OBS. Quanto maior a posição no Ranqueamento, menor é a necessidade de intervenção na estrutura física da Comarca (considerando as 162 Comarcas de interior).

Ressalta-se que não foi incluído no prazo estimado de elaboração de projeto e execução da obra de construção da nova sede do Fórum o tempo do procedimento licitatório para a contratação dos serviços, nem os valores referentes à locação de imóvel durante a execução da obra.

11.2. ALTERNATIVA 2 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM CENTRAL

Alternativa não aplicável à Comarca conforme constante na análise da Divisão de Projetos: "2. Reforma e ampliação: opção não presente por não haver área edificável livre no terreno para ampliação."

11.3. ALTERNATIVA 3 - CONSTRUÇÃO DE NOVO FÓRUM CENTRAL

Considerando a existência de terreno doado pela Municipalidade ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná com finalidade de construção de novo Fórum da Comarca, pode-se considerar a viabilidade de construção de Novo Fórum Central, tendo-se em vista a impossibilidade, a princípio, de adoção das duas primeiras alternativas, reforma e/ou ampliação, e conforme sugestão da Divisão de Projetos deste Departamento:

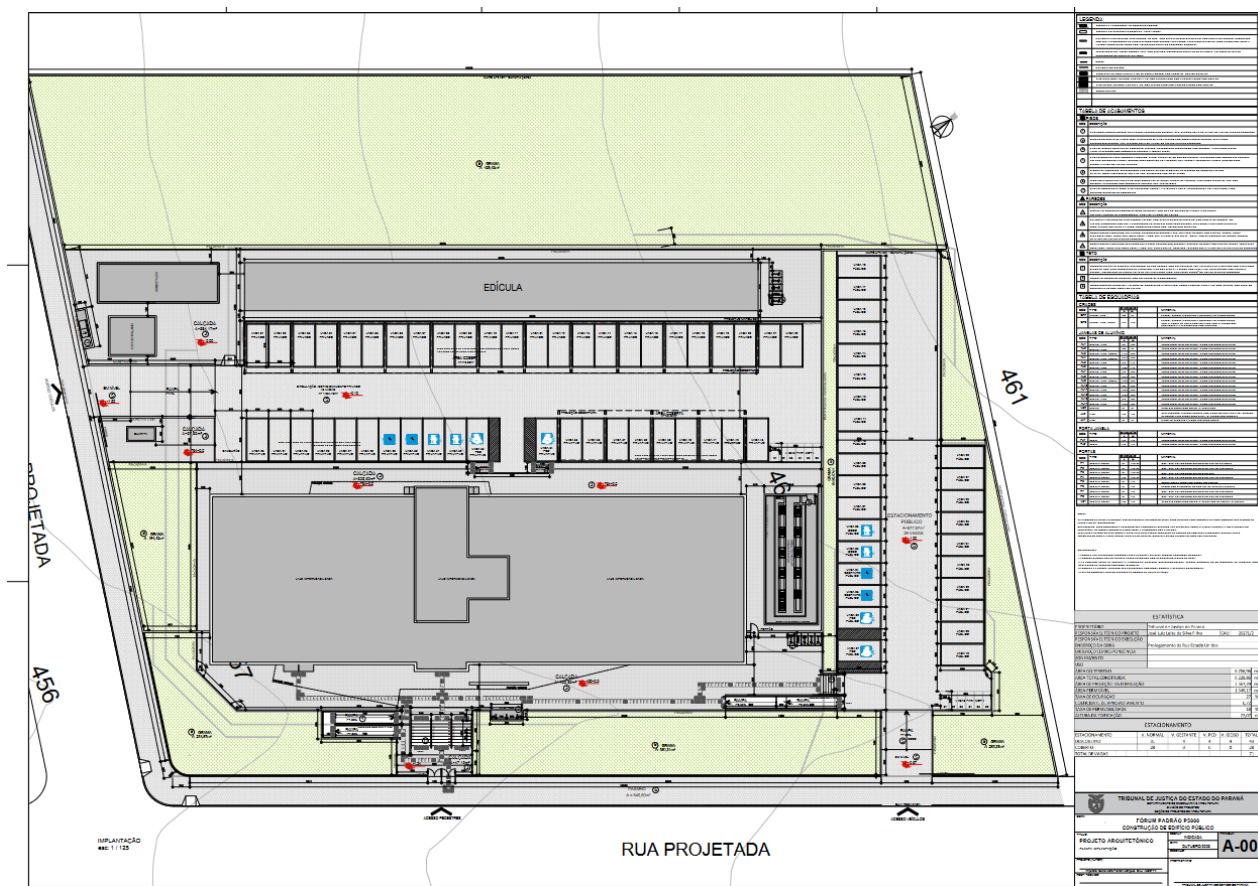
" 3. Nova edificação forense: em que pese a viabilidade de adoção da opção de intervenções na estrutura física por reforma simples, mas inviável a ampliação, e considerando a Comarca dispor de terreno doado para esta finalidade, apresenta-se como técnica e arquitetonicamente viável a construção de nova edificação forense. Essa solução mostra-se mais viável em detrimento de outras possibilidades, pois, como referido, o Fórum atual não possui condições para uma obra de reforma de qualidade, acarretando, ainda, elevado dispêndio econômico sem melhorias significativas na qualidade da edificação ou ampliação de sua vida útil, e o terreno já não comporta obras de ampliação.

Projeto sugerido a adotar: considerando a conclusão das intervenções em tese, e considerando ser a Comarca em apreço de Entrância Final com 6 Varas Judiciais, e a necessidade de previsão de pelo menos reserva de expansão para uma Vara Judicial, e consultando os Fóruns Padrão TJPR, conclui-se que os projetos Padrão que correspondem, aproximadamente, à necessidade da Comarca, são o P2500 e o P5000, contudo o P2500 prevê apenas 5 Varas Judiciais (não suprimindo o necessário) e o P5000 prevê 10 Varas Judiciais (supera o necessário de 6 varas mais 1 a 2 de expansão em pelos menos 2 Varas de expansão).

Desta forma, considerando o interesse da Administração em implantar sempre Fóruns Padrão, cabe à Administração a definição da adoção ou não do Fórum Padrão P5000 apesar de esse prever 4 Varas de expansão além das 6 já instaladas, com área a construir de aproximadamente 6.300,00 m² (5.200,0 m² da torre e 1.100,0 m² para estacionamentos cobertos e edículas de serviços), ou determinar a elaboração de projeto arquitetônico diverso.

Em sendo escolhida a opção de adoção do Fórum Padrão P5000, a implantação sugerida é a anexada ao expediente. Para efeito do presente EVT arquitetônico, serão indicados os valores e prazos referentes ao P5000, ficando a critério da Administração determinar estudo diverso para fórum não padrão para a Comarca em tela."

A solução preconizada alteraria a posição da Comarca no Ranqueamento da atual 18ª posição para 161ª posição, ou seja, em relação às demais 162 Comarcas de interior, a Comarca teria melhora significativa em sua posição relativa.



Implantação proposta para Novo Fórum Central - Planta de Implantação PARANAÍ ([9788456](#))

ESTIMATIVA DE CUSTOS E PRAZOS

3. Nova edificação forense:

- Área Construção: aproximada. 6.300,0 m²;
- Prazo estimativo elaboração projetos, orçamentos e licenciamentos: 6 meses;
- Prazo estimativo de execução de obra: 20 meses;
- Valor estimativo projetos e obra: R\$ 51.600.000,00;
- Prazo estimativo de licitação: variável;
- Durante o período de construção não haverá necessidade de locação de imóvel com área similar.

QUADRO RESUMO

Situação Física	Posição Ranqueamento
Atual	18ª
Após intervenção	161ª
Valor total estimado (projeto e obra)	R\$ 51.600.000,00**
Prazo total estimado (projeto e obra)	26 meses

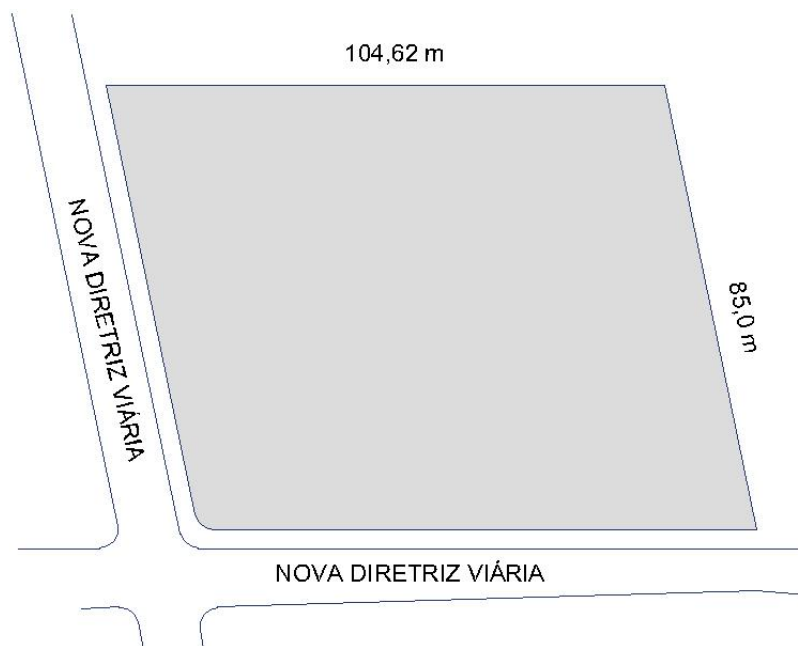
*OBS. Quanto maior a posição no Ranqueamento, menor é a necessidade de intervenção na estrutura física da Comarca (considerando as 162 Comarcas de interior).

**O detalhamento da parametrização do valor estimado (projeto e obra) é apresentado no capítulo ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS.

Resalta-se que não foi incluído no prazo estimado de elaboração de projeto e execução da obra de construção da nova sede do Fórum o tempo do procedimento licitatório para a contratação dos serviços.

11.3.1. TERRENO DOADO

A Comarca de Paranaíba possui terreno doado pela Municipalidade ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná com finalidade de construção de novo Fórum da Comarca, terreno com área de 8.706,96 m², Lote nº "06", subdivisão do lote nº 18 e 20-R-4, subdivisão do lote nº 18 e 20-Remanescente, oriundo da subdivisão das partes dos lotes nº 18 e 20 da Gleba 1- Ivaí, Matrícula nº 46.211, ([9643504](#)) sem benfeitorias, sem prazo de reversão.



Planta de Localização



Vista do terreno

PLANILHA RESUMO INCREMENTO DE RANQUEAMENTO

Nº	OPÇÕES	ÁREA (m²)	VALOR PREVISTO (R\$)	PRAZO	POSIÇÃO RANQUEAMENTO*
	Fórum atual	1.944,09 m²	---	---	18^a
1.	Reforma	1.944,09 m²	R\$ 2.332.800,00	10 meses	22^a
2.	Reforma e Ampliação	não se aplica			
3.	Construção Nova	6.300,0 m²	R\$ 51.600.000,00	26 meses	161^a

*OBS. Quanto maior a posição no Ranqueamento, menor é a necessidade de intervenção na estrutura física da Comarca (considerando as 162 Comarcas de interior).

Posto isto, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

12. ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS (art. 18, §1º, VI)

O preço máximo da contratação que se propõe é de:

- a) Reforma: Valor estimativo projetos e obra: R\$ 2.332.800,00 (dois milhões, trezentos e trinta e dois mil e oitocentos reais)
- b) Nova edificação forense: Valor estimativo projetos e obra por contratação integrada: R\$ 51.600.000,00 (cinquenta e um milhões seiscientos mil reais) ;

Nos termos da Estudo de Viabilidade [9788421](#) as estimativas de custos e prazos de projetos e obras são aproximações conforme as informações disponíveis no presente momento para as Divisões Técnicas deste Departamento, podendo sofrer alterações em decorrência de condições não esperadas dos terrenos ou das edificações existentes (estudo de solo, etc), de alteração nas determinantes de escopo de projeto (pela Comarca, pela Administração, ou pelos órgãos públicos de fiscalização de projetos e obras), das condições econômicas à época das contratações efetivas, das alterações de prazos licitacionais por situações externas (recursos ou impugnações pelos licitantes), ou demais circunstâncias que fujam de uma normalidade de condições ou critérios não previsíveis a partir dos históricos de obras, projetos e licitações deste Departamento de Engenharia e Arquitetura. A estimativa de custo total apresentada inclui projetos e obras.

Estimativa Projetos: para estabelecimento dos valores estimativos a serem atribuídos à elaboração dos projetos complementares executivos e demais elementos técnicos, considerou-se o disposto na Instrução Normativa nº 09/2019 - TJPR, tendo sido utilizada como base a Nota Técnica SEA nº 11/2015 (Procedimento para estimar preço para contratar projetos de engenharia e arquitetura) emitida pelo Ministério Público Federal, e a Resolução conjunta SEIL/DER nº. 003/2012 emitida pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, conforme detalhado na Planilha de metodologia de cálculo de honorários de projetos DEA-TJPR.

Estimativa Obras: para estabelecimento dos valores máximos a serem atribuídos à execução da edificação, considerou-se o disposto na Lei Federal nº 14.133, art. 23, § 3º c/c § 2º, inciso III, tendo sido adotada metodologia paramétrica de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares feitas pelo TJPR, considerou-se uma média de valores de orçamentos de obras com características de sistema construtivo, acabamentos, materiais e equipamentos similares do projeto pretendido. Assim sendo foram considerados valores, por metragem quadrada de área construída, conforme propostas das últimas licitações do Tribunal de Justiça, para as seguintes Comarcas:

PROJETO	COMARCA	ÁREA m²	VALOR VENCEDOR	VALOR/m²
P1500	Colorado (CLD)	1.737,91	R\$ 16.923.620,07	R\$ 9.737,92
P1500	Jandaia do Sul (JDS)	1.737,91	R\$ 15.529.715,94	R\$ 8.935,86
P1500	Loanda (LOA)	1.737,91	R\$ 14.799.745,33	R\$ 8.515,83
P1500	Marialva (MRL)	1.737,91	R\$ 14.159.596,41	R\$ 8.147,49
P1500	Prudentópolis (PDT)	1.737,91	R\$ 15.677.152,02	R\$ 9.020,69
P1500	Quedas do Iguaçu (QIG)	1.737,91	R\$ 14.886.100,24	R\$ 8.565,52
P1500	São Mateus do Sul (SMS)	1.737,91	1 R\$ 14.988.000,00	R\$ 8.624,15
P650PLUS	Iporã (IPO)	1.127,10	R\$ 11.543.000,00	R\$ 10.241,33
P650PLUS	Peabiru (PBR)	1.127,10	R\$ 10.215.900,00	R\$ 9.063,88
P650PLUS	Pontal do Paraná (PPR)	1.127,10	R\$ 11.294.342,15	R\$ 10.020,71
P650	Bocaiúva do Sul (BUV)	948,03	R\$ 8.505.375,00	R\$ 8.971,63
P650	Carlópolis (CLL)	948,03	R\$ 8.760.000,00	R\$ 9.240,21
P650	Mangueirinha (MUH)	948,03	R\$ 9.005.726,66	R\$ 9.499,41
P650	Ribeirão do Pinhal (RHL)	948,03	R\$ 8.694.189,00	R\$ 8.768,28
P650	Uraí (URI)	948,03	R\$ 8.732.250,0	R\$ 9.210,94
			VALOR MÉDIO	R\$ 9.104,26

Portanto foi obtido um custo médio de R\$/m² 9.104,26. Sobre o custo médio, obtido conforme acima, visto estar-se em fase de estimativas e, por cautela, foi considerada uma margem de segurança de redução de valor do m², uma vez que a edificação proposta é sugerida em pavimentos, sendo o custo do m² diferenciado a menor em relação a obras térreas, adotando-se como um custo médio 10% menor, resultando em uma estimativa de custo do m² e custo total da edificação de **R\$ 8.193,00 e R\$ 51.600.000,00**, o qual será posteriormente precisado quando da elaboração final do orçamento estimativo licitatório.

O quantitativo estimado será destinado em 100% (cem por cento) ao 1º grau de jurisdição.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

13. CRITÉRIOS PARA ORÇAMENTAÇÃO ESTIMATIVA PARA LICITAÇÕES DE OBRA NO REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA

Em se adotando regime de contratação integrada, a elaboração do projeto básico é dispensada, em conformidade com artigo 45º, inciso VII, §2º da Lei Federal 14133/2021, portanto a documentação orientativa para licitação será o anteprojeto elaborado conforme descrito no inciso XXIV do art. 6º da referida lei.

O orçamento estimativo para preço máximo da contratação será elaborado com a metodologia prevista para contratação integrada da Lei Federal 14133/2021, Artigo 23, Parágrafo 5º que por sua vez faz referência ao Parágrafo 2º, do mesmo Artigo da Lei:

...(§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do

percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.)

Assim serão adotadas três modalidades de orçamentação estimativa, para cada serviço a ser orçado conforme a suficiência ou não de detalhamento das soluções constantes do anteprojeto:

1. Orçamento estimativo paramétrico, totalmente baseado em obras similares, utilizando uma unidade representativa como parâmetro;

2. Orçamento estimativo sintético, utilizando apenas composições representativas dos serviços necessários para completa execução da etapa conforme quantitativos levantados em anteprojeto;

3. Orçamento estimativo misto, que utiliza parcialmente composições sintéticas de serviços para os principais itens devidamente identificados e definidos em projeto, com os demais itens parametrizados de obras similares.

Para melhor compreensão da metodologia adotada, seguem exemplos a serem utilizados para cada forma de orçamentação:

- Orçamento estimativo paramétrico – O serviço “HIDROSSANITÁRIO” contempla as instalações de água e esgoto, sendo inviável o levantamento de tubulações e conexões sem o projeto hidrossanitário, portanto, será elaborado em sua totalidade orçamento estimativo paramétrico baseado em obras similares.

- Orçamento estimativo sintético – Para o serviço “ALVENARIAS” é possível definir quais os serviços necessários, além de quantificar com exatidão a área de alvenaria a ser executada, por meio do anteprojeto arquitetônico a ser desenvolvido. Logo, será elaborado orçamento estimativo sintético para essa etapa.

- Orçamento estimativo misto – Como para o Serviço “SUPERESTRUTURA”, não haverá contratação prévia de projetos e respectivo projeto estrutural, não será possível quantificar com precisão os serviços necessários. Todavia, é possível quantificar o volume das paredes de concreto aparente e especificá-las, devido ao anteprojeto arquitetônico elaborado, ou seja, para o item concreto aparente das paredes será utilizado o orçamento estimativo sintético. No mesmo sentido, as armaduras das peças aparentes não serão passíveis de quantificação, assim, entrarão na fração do orçamento estimativo parametrizado nessa etapa.

A mesma lógica aplica-se aos demais serviços, de forma que serviços com valor relevante, que podem ser quantificados e especificados (caracterizados) com anteprojetos a serem desenvolvidos serão lançados com composições sintéticas, enquanto itens de baixa relevância ou sem detalhamento adequado ou ainda que não existam em bases referenciais de preço (SINAPI, SICRO, ...) serão parametrizados por obras similares.

Não obstante, os dados de orçamento devem ser comparados com indicadores de balizamento e aferição elaborados com fundamento em obras já licitadas e executadas por esse Tribunal, validando criteriosamente valores para etapas construtivas e com valores por metro quadrado construído. Será calculado o valor médio a ser adotado para os serviços, eliminando-se dados com desvio padrão superior à 30%, recalculando-se a média, para eliminação de dados com baixa aderência ou espúrios.

Para correção de valores utiliza-se o Art. 23, §2º, inciso III, da Lei Federal 14133/2021, adotando-se o INCC (Índice Nacional de Custo de Construção), que é o índice oficial para o caso da construção civil.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, VII)

A presente contratação requer uma empresa de engenharia e arquitetura que elabore os projetos complementares e execute a construção do objeto, que para isso possua capacidade-operacional e profissional, empregando profissionais com conhecimentos técnicos para a execução das atividades.

Salienta-se a existência de diversas empresas do ramo no mercado, aumentando assim a competitividade.

A solução como um todo, ora apresentada, trata do registro da estimativa do custo da contratação, considerando a solução escolhida.

Compreende-se a descrição do conjunto de todos os elementos necessários, agindo de forma integrada e complementar, para gerar os resultados que atendam a necessidade pretendida pela Administração.

A descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, deve considerar todo o ciclo de vida do objeto executado inclusive as questões relacionadas à manutenção, assistência técnica, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, o que definirá o dispêndio a ser efetuado durante seu uso.

A descrição da solução como um todo deve levar em conta o objeto necessário para a solução do problema levantado: obra ou serviço de engenharia, assim como pode envolver mais de um objeto, de tal forma que seja necessária a adoção do regime de execução de fornecimento e prestação de serviços associados.

No capítulo “CONTRATAÇÕES CORRELATAS”, são relacionadas as contratações que complementarão o objeto, tanto no momento da entrega, para permitir a sua perfeita entrega e entrada em funcionamento, como na sua operação e manutenção.

14.1 DA VIDA ÚTIL DO EMPREENDIMENTO

De maneira geral, vida útil consiste em mensurar a expectativa de duração de uma estrutura ou suas partes, dentro de limites de projeto admissíveis, durante seu ciclo de vida, sendo definida pela ISO 13823 (2008) como “o período efetivo de tempo durante o qual uma estrutura ou qualquer de seus componentes satisfazem os requisitos de desempenho do projeto, sem ações imprevistas de manutenção ou reparo”.

Ainda, segundo a normativa NBR 15575-1 (ABNT, 2013) é a “capacidade da edificação ou de seus sistemas de desempenhar satisfatoriamente suas funções ao longo do tempo, sob condições de uso e manutenção especificadas”. Isso significa que mesmo com as atividades de manutenção, chegará um momento o qual a edificação, ou parte dela, precisará ser restaurada, reabilitada ou demolida.

De acordo com a norma, deve-se considerar os seguintes pontos para a definição correta da Vida útil do Projeto: os efeitos que a falha pode causar no sistema ou no elemento da construção; os níveis de dificuldade de reparo destes, caso venham a falhar; e por fim, o custo que o conserto da falha provocará.

Tem-se a vida útil mínima para os sistemas de construção:

- Estrutura: mínima de 50 anos;
- Pisos internos: mínima de 13 anos;
- Vedação vertical externa: mínima de 40 anos;
- Vedação vertical interna: mínima de 20 anos;
- Cobertura: mínima de 20 anos;
- Hidrossanitário: mínima de 20 anos.

Evidentemente que a duração dos sistemas variam de acordo com seu uso, por isso, os materiais devem ser pensados e estabelecidos de acordo com a necessidade de cada edificação. Além disso, fatores externos também interferem na vida útil do elemento, como por exemplo, alguma carga que caia sobre um piso, que levará à ruptura e consequentemente não atenderá a vida útil projetada. Por fim, deve ser feita manutenções periódicas de acordo com o manual de uso e operação de cada elemento, para que este dure o planejado.

Vários fatores interferem na Vida Útil do Projeto: A execução correta do projeto é essencial para que a construção cumpra com o desejado, sendo muito importante o acompanhamento de todas as etapas da obra, evitando erros e confusões no andamento do trabalho.

Ainda, para potencializar a durabilidade, o projetista deve especificar e empregar componentes e materiais compatíveis com a duração esperada, definir de forma completa os programas de manutenção preventiva e corretiva de acordo com as normas técnicas aplicáveis e estabelecer os cuidados necessários que o usuário deve ter com a edificação.

Os anteprojetos, projetos básicos e executivos serão elaborados atendendo as normativas de desempenho de edificações, bem como especificando materiais e soluções construtivas que priorizem a robustez da edificação, reduza a demanda e facilite as operações de manutenção preventiva e corretiva, bem como a durabilidade da obra e de seus sistemas construtivos.

Assim, nas definições de projeto, deve ser considerada a vida útil do empreendimento de 50 anos, conforme norma NBR 15575/2013.

Por fim, há de se destacar a necessidade de compor o anteprojeto o manual de garantias dos sistemas construtivos, os quais deverão definir a vida útil de cada sistema construtivo principal, bem como as rotinas de manutenção preventiva para o atingimento desta vida útil. Este documento deverá ser usado ainda na gestão contratual, para fins de delimitação da responsabilidade da empresa construtora e cobrança de reparos em garantia pós recebimento do empreendimento.

14.2 CUSTOS DE DEPRECIAÇÃO

A Instrução Normativa 16/2018 do TJPR que dispõe sobre os procedimentos necessários ao controle dos bens imóveis pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, em conformidade com os procedimentos previstos no Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Paraná, define em seu Anexo I (pg. 3) que para fins de depreciação a vida útil das edificações forenses será de 70 anos.

O valor residual do imóvel ao final de sua vida útil será de 20% do seu valor inicial.

O método de depreciação adotado pelo TJPR, apresentado no Anexo I da referida instrução normativa, é o Ross-Heidecke, uma metodologia mista de depreciação que considera a vida útil estimada, a idade real, o estado de conservação da edificação, segundo a depreciação esperada dos sistemas (estrutural, alvenarias, hidráulica, cobertura, elétrica, lógica, fundações, esquadrias, revestimentos, etc.) e a idade da edificação segundo coeficientes que representam sua idade aparente e a potencialidade decorrente do surgimento de patologias coma maior idade desta.

Aplicando-se a formulação apresentada, tem-se que ao final da vida útil a depreciação do imóvel será de 80% do seu valor inicial, ou seja, restará apenas o seu valor residual, equivalente a 20% do valor inicial.

Assim, o custo de depreciação do empreendimento até o final de sua vida útil será de R\$ 41.280.000,00 (quarenta e um milhões duzentos e oitenta mil reais) (80% do valor apresentado no capítulo **ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS**).

14.3 CUSTOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

A vida útil da edificação é diretamente influenciada pelas atividades de manutenção e reparo e pelo ambiente de exposição na qual se encontra.

A manutenção de edificações é um tema cuja importância tem crescido no setor da construção civil, superando, gradualmente, a cultura de se pensar o processo de construção limitado até o momento quando a edificação é entregue e entra em uso.

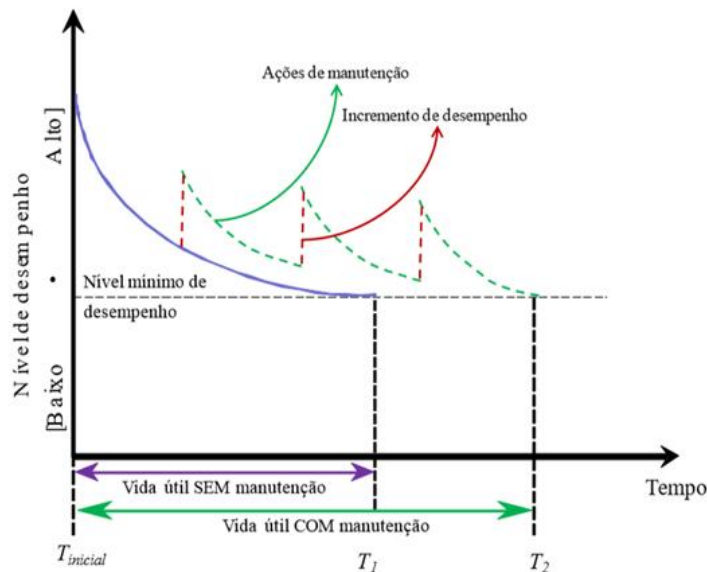
As edificações são o suporte físico para a realização direta ou indireta de todas atividades produtivas, e possuem, portanto, um valor social fundamental. Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais.

É inviável sob o ponto de vista econômico e inaceitável sob o ponto de vista ambiental considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções quando seu desempenho atinge níveis inferiores ao exigido pelos seus usuários. Isto exige que se tenha em conta a manutenção das edificações existentes, e mesmo as novas edificações

construídas, tão logo colocadas em uso, agregam-se ao estoque de edificações a ser mantido em condições adequadas para atender as exigências dos seus usuários.

Edificações sustentáveis, acima de tudo, são edificações que perduram e são úteis ao longo do tempo.

Na figura a seguir é representada a influência das ações de manutenção em uma edificação, as quais são necessárias para garantir ou prolongar a vida útil de projeto. Esta vida útil pode se este não realizar a manutenção indicada corre-se o risco de a VUP não ser atingida.



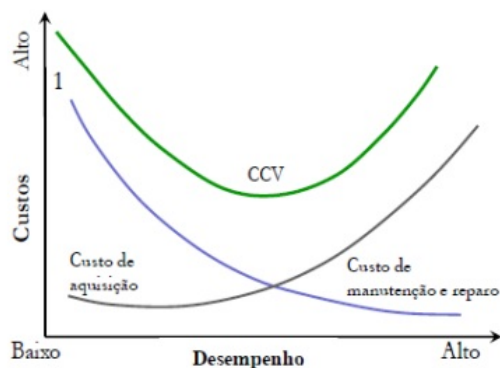
Ao longo da vida útil da edificação são necessárias manutenções preventivas e corretivas, as quais tem o escopo de manter o bom desempenho dos sistemas construtivos, bem como intervenções pontuais de maior monta que tem o escopo de incrementar o desempenho de sistemas já desgastados e consequentemente a vida útil da edificação.

Assim, os gastos com manutenção não são lineares, sendo que edificações novas demandam menor intervenção, sendo o custo incrementado ao longo da vida útil.

Ainda, tem-se que os custos de manutenção são proporcionais à qualidade e robustez dos elementos utilizados na construção do edifício. O gráfico a seguir demonstra o chamado Custo do Ciclo de Vida (CCV) da edificação, representada pela soma do custo de aquisição e do custo de manutenção e reparo para que se tenha um desempenho satisfatório.

Projetos com altos investimentos iniciais levam a custos menores de manutenção e reparo para manter o desempenho do edifício elevado, vez que são usados materiais ou sistemas construtivos com maior custo de aquisição, de melhor qualidade e maior confiabilidade e, por consequência, que demandam menor intervenção.

Projetos com baixo custo de aquisição, também resultam em menor desempenho desde o início da sua vida útil, não importando o investimento posterior em manutenção.



Produtos baratos em curto e médio prazo podem ter altos custos de manutenção e produção, ou gestão de resíduos muito elevados. Portanto, é fundamental avaliar o ciclo de vida e ter em conta os custos econômicos e ambientais na hora da escolha da tecnologia mais eco eficiente.

Trata-se, portanto, de encontrar o ponto ótimo no qual o custo de aquisição associado aos custos de manutenção garantam um desempenho satisfatório, resultando no menor CCV possível. Assim, o projeto a ser desenvolvido, deverá considerar tais fatores no desenvolvimento das soluções técnicas.

A omissão em relação à necessária atenção para a manutenção das edificações pode ser constatada nos casos de edificações retiradas de serviço muito antes de cumprida a sua vida útil projetada, causando muitos transtornos aos seus usuários e um sobrecusto em intensivos serviços de recuperação ou construção de novas edificações.

Seguramente, pior é a obrigatória tolerância, por falta de alternativas, ao uso de edificações cujo desempenho atingiu níveis inferiores ao mínimo recomendável para um uso saudável, higiênico ou seguro. Tudo isto possui um custo social que não é contabilizado, mas se reflete na qualidade de vida das pessoas.

Economicamente relevante no custo global das edificações, a manutenção não pode ser feita de modo improvisado e casual. Ela deve ser entendida como um serviço técnico, cuja responsabilidade exige capacitação apurada. Para se atingir maior eficiência na administração de uma edificação ou de um conjunto de edificações, é necessária uma abordagem fundamentada em procedimentos organizados em um sistema de manutenção, segundo uma lógica de controle de custos e maximização da satisfação dos usuários com as condições oferecidas pelas edificações.

Segundo a NBR 5674:1999, estudos realizados em diversos países, para diferentes tipos de edificações, demonstram que os custos anuais envolvidos na operação e manutenção das edificações em uso variam entre 1% e 2% do seu custo inicial. Este valor pode parecer pequeno, porém acumulado ao longo da vida útil das edificações chega a ser equivalente ou até superior ao seu custo de construção.

Portanto, considerando o custo anual de manutenção de 1% a 2% do valor de construção da edificação, tem-se uma estiva de gasto médio anual que varia de R\$ 516.000,00 a R\$ 1.032.000,00.

No capítulo "DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS" é indicado o contrato de manutenção predial preventiva e corretiva mantido pelo Tribunal de Justiça. Com a construção do novo empreendimento os serviços prestados no edifício atual passam a ser executados na nova edificação, e interrompidos na edificação antiga que será cedida para outra utilização, com o encargo do cessionário manter o edifício em condições adequadas.

O P5000 tem área equivalente à Sede Álvaro Ramos, portanto, pode-se estimar o custo da manutenção do Ar Condicionado em 142.362,84 (cento e quarenta e dois mil trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) anuais.

Em relação ao custo de manutenção dos elevadores, 2 equipamentos atendendo a 4 pavimentos, o valor estimado anual de manutenção dos elevadores é de R\$ 7.739,42 (sete mil setecentos e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos).

14.4 CUSTOS DE PESSOAL PARA OPERAÇÃO

14.4.1 Custos de pessoal com a atividade fim

Em relação aos magistrados, servidores e estagiários não haverá incremento de despesa em função do novo empreendimento, tendo em vista que haverá remoção da equipe lotada no Fórum atual para a nova Edificação.

14.4.2 Custos de asseio, segurança e apoio à atividade fim

Para a operação do futuro empreendimento, devem ser considerados os custos de pessoal na atividade fim, bem como que opera no asseio, segurança e suporte à atividade fim.

Em relação aos postos de serviços terceirizados de asseio, segurança e suporte à atividade fim, há necessidade de se ressaltar a [Instrução Normativa 86/2022](#) que dispõe sobre a quantificação de postos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de materiais, equipamentos e demais insumos geridos pelo Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados.

CAPÍTULO VI

DA QUANTIFICAÇÃO DE POSTOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL

Art. 11. A Divisão de Segurança Institucional do Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados procederá aos estudos necessários visando à quantificação de postos de serviços terceirizados para cada unidade para nova contratação ou análise de eventual aditivo contratual, considerando:

I - as unidades com fluxo médio de público externo acima de 240 (duzentas e quarenta) pessoas por vigilante devem ser avaliadas pela Divisão de Segurança Institucional para eventual estudo de acréscimo de posto(s) de vigilância;

II - deve haver vigilante fixo para a operacionalização de equipamento de inspeção por raio-x, onde houver, pois a operação deste equipamento demanda um posto fixo em todo o período de atendimento ao público externo;

III - a presença de portal detector de metais não implica necessariamente em acréscimo de postos de vigilância em unidades de pequeno porte e baixo fluxo de pessoas;

IV - deve haver, no mínimo, um vigilante em cada acesso ao público externo;

V - para a parametrização dos demais casos será realizada análise pela Divisão de Segurança Institucional, inclusive com visitas in loco, caso necessário.

§ 1º Caberá à Divisão de Segurança Institucional proceder aos estudos visando a otimizar o quantitativo de postos de vigilância, de forma a extinguir aqueles que não forem essenciais, substituindo por recepcionistas aqueles que tenham como efetiva atribuição o atendimento ao público e definir diferentes turnos, de acordo com as necessidades do órgão ou entidade, para postos de escala de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, visando a eliminar postos de 12 x 36 h que ficam ociosos nos finais de semana.

§ 2º Nas hipóteses de realização de Júri ou outras circunstâncias pontuais que demandem aumento de segurança, caberá ao Fiscal Técnico solicitar reforço policial, vedada a hipótese de alteração contratual.

§ 3º Fica vedada a realização de aditivo contratual de postos de vigilância para atendimento a situações de cunho diretamente pessoal e que possam configurar segurança pessoal a Magistrados e demais membros do Poder Judiciário.

§ 4º A vigilância somente poderá ser exercida dentro dos limites das unidades do Poder Judiciário.

CAPÍTULO VII

DA QUANTIFICAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇO DE LIMPEZA

Art. 12. A Divisão de Serviços de Asseio do Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados procederá aos estudos necessários visando à quantificação de postos de serviços terceirizados, materiais, equipamentos e demais insumos para cada unidade, objetivando nova contratação ou análise de eventual aditivo contratual, considerando, dentro dos limites legais e contratuais, a produtividade da realização de limpeza de área interna de 1.000 m2 (mil metros quadrados) por servente, considerando a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais;

Parágrafo único. Excepcionalmente, se julgado pertinente pelo Fiscal Setorial, poderão ser adotados outros critérios, baseados em estudos sobre as características de cada unidade, compreendendo as áreas interna e externa de cada imóvel, bem como outros dados que entender relevantes.

CAPÍTULO VIII

DA QUANTIFICAÇÃO DE OUTROS POSTOS DE SERVIÇOS

Art. 13. Em relação a outros serviços terceirizados cuja atribuição não seja do Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados caberá às demais Unidades Administrativas, dentro de sua competência, após o devido mapeamento dos trabalhos, especificar a quantidade de postos, materiais, equipamentos e demais insumos, observando:

I - as especificidades de cada serviço a ser eventualmente contratado;

II - a legislação cabível, bem como demais instrumentos normativos;

III - critérios de aferição de resultados/produtividade e definição de instrumentos de medição;

IV - as orientações repassadas pelo Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados;

V - no que couber, a Instrução Normativa n.º 5, de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

VI - no que couber, o Decreto Estadual n.º 4.993, de 2016, que regulamenta a Lei Estadual n.º 15.608, de 2007, para a elaboração de termos de referência e de contratos para aquisição de bens e prestação de serviços pela Administração Pública Direta e Indireta;

VII - outros itens que entender necessários.

§ 1º Compete às Unidades Administrativas descritas no caput deste artigo a elaboração do Termo de Referência da respectiva contratação.

§ 2º O Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados poderá auxiliar as unidades quando da elaboração do Termo de Referência no que tange às regras

da terceirização sem adentrar no escopo da contratação.

Conforme reunião realizada com as Divisões operacionais do Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados em 01º de novembro de 2023, quais sejam, Divisão de Segurança Institucional, Divisão de Serviços de Asseio e Divisão de Serviços de Copeiragem o quantitativo de postos informado para a nova edificação será de:

i) 1 (um) posto de **vigilância armada** diurno com custo mensal de R\$ 12.636,16 (doze mil seiscentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), 1 (um) posto de vigilância armada noturno com custo mensal de R\$ 13.631,12 (treze mil seiscentos e trinta e um reais e doze centavos), e 3 (três) postos de vigilância desarmada com carga horária semanal de 44 horas com custo mensal de R\$ 6.256,27, conforme dados extraídos do Contrato 20/2019 conforme dados extraídos do Contrato 20/2019 movimento [3647141](#) e Anexos [3654754](#), custo anual de R\$ 537.157,08 (quinhentos e trinta e sete mil cento e cinquenta e sete reais e oito centavos)

ii) 06 (seis) posto de **servente** com carga horária semanal de 44 horas semanais com custo mensal de R\$ 3.637,45 (três mil seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos) e 2 (dois) postos de **servente copeira** com carga horária semanal de 44 horas semanais com custo mensal de R\$ 3.835,95 (três mil oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos), conforme dados extraídos do Contrato 152/2021 movimento [6723608](#) e Anexos [6723727](#), custo anual de R\$ 353.959,20 (trezentos e cinquenta e três mil novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos)

iii) 2 (dois) postos de **porteiro** com carga horária semanal de 44 horas semanais com custo mensal de R\$ 4.600,66 (quatro mil e seiscentos reais e sessenta e seis centavos), custo anual de R\$ 110.415,84 (cento e dez mil quatrocentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

14.5 CUSTOS DE OUTRAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS

14.5.1 Custos de TI

Não haverá incremento de despesa sobre itens de TI em função da construção do novo empreendimento, tendo em vista que haverá remoção dos equipamentos bem como do *Link* de dados e telefonia do Fórum atual para a nova Edificação.

14.5.2 Instalação de Comunicação Visual

Além da contratação da construção, em licitação apartada, será necessária a compra da comunicação visual do edifício, a qual inclui as placas de identificação da edificação (letrero de fachada do Fórum), e dos ambientes internos.

Para fins de estimativa de valor deste material, de forma paramétrica, podem ser utilizados os recentes orçamentos e contratações realizadas para as seguintes Comarcas:

Francisco Beltrão – Expediente 0120742-12.2022.8.16.6000 - Pedido de Fornecimento 822/2022 (8225912) – Valor Total Estimado: R\$ 21.516,25 (vinte e um mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos).

Para os itens indicados no pedido de fornecimento SEI 8225912, tem-se que os quantitativos relativos à Comunicação visual externa, que trata do letreiro do Fórum, são similares para outras obras, independentemente de sua metragem.

ITEM LAG 45 – R\$ 782,50.

ITEM LAG 20 varia de acordo com o nome do patrono da Comarca. Para fins de parametrização, adotou-se o similar ao daquela licitação: R\$ 3.420,00.

Assim, o custo da comunicação visual externa pode ser estimado em R\$ 4.202,50.

Para a comunicação visual interna, tem-se que esta varia proporcionalmente ao número de ambientes de cada projeto, consequentemente, é proporcional à metragem da edificação. Considerando a área aproximada do edifício de Francisco Beltrão (10.000,00 metros quadrados), teríamos um custo dos serviços de comunicação visual interna – PL4 equivalente a R\$ 1,73/m².

O custo total da comunicação visual (externa e interna) resulta, portanto, em R\$ 15.101,50 (quinze mil cento e um reais e cinquenta centavos)

14.5.3 Fornecimento e Instalação de Mobiliário

Além da contratação da construção, em licitação apartada, será necessária a compra da do mobiliário necessário para o perfeito funcionamento do edifício, móveis padrão e móveis sob medida.

Para os móveis padrão, sempre que possível, será verificado pelo Departamento responsável, a possibilidade do mobiliário já existente na Comarca, prática alinhada com os conceitos de economicidade e sustentabilidade.

Caso não seja possível o aproveitamento do mobiliário existente, de forma paramétrica pode-se estimar que o custo da compra de mobiliário conforme quantitativo indicado no expediente [0019966-09.2019.8.16.60000019966-09.2019.8.16.6000](#), Relação - QUANTITATIVO MOBILIÁRIO - P1500 ([8079466](#)).

O valor é proporcional à metragem do edifício, assim, considerando o valor dos móveis para o Fórum Padrão P1.500, tem-se um valor de R\$ 402,04/m².

Assim, para o edifício P5000, proporcionalmente, pode-se estimar o valor da aquisição do mobiliário em R\$ 2.532.852,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais)

RESUMO:

VIDA ÚTIL: 50 ANOS

a) CUSTO DE DEPRECIAÇÃO: R\$ 41.280.000,00 (R\$ 825.600,00 anuais, em média);

b) CUSTO DE MANUTENÇÃO: R\$ 1.032.000,00 anuais, em média;

- c) CUSTO DE OPERAÇÃO – PESSOAL TERCEIRIZADO: R\$ 1.001.535,12 anuais, em média;
- d) COMUNICAÇÃO VISUAL: R\$ 15.101,50 (custo total);
- e) MOBILIÁRIO: R\$ 2.532.852,00 para instalação da Comarca (custo total).

Dessarte, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

15. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (art. 18, §1º, VIII)

O art. 23, §1º, da Lei nº 8.666, assim previa: “As obras, serviços e compras efetuados pela Administração serão divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.” Com o advento da Lei 14.133/2021, a previsão passou a compor a redação do Art. 47, inc. II, assim transcrito: “As licitações de serviços atenderão aos princípios: [...] II. do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.” Nesse mesmo contexto, o Art. 342 do Decreto Estadual 10.086/2022: “O princípio do parcelamento do objeto deverá ser adotado sempre que a sua divisão: I - seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa; III - não represente perda de economia de escala; III - garanta a ampliação da competição e evite a concentração de mercado. Parágrafo único. O não parcelamento do objeto deverá ser devidamente justificado com a demonstração das razões técnicas, administrativas e econômicas que o inviabilize.”

Nos termos do Estudo de Viabilidade [9788421](#) o empreendimento, por tratar-se de objeto único e indivisível, edificação de fórum de Comarca, de per si é não parcelável.

O não parcelamento da solução da contratação da obra é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade e padronização da execução do objeto, haja vista que o gerenciamento e compatibilização do andamento dos serviços permanecem o tempo todo a cargo de um mesmo administrador (empresa contratada), ressaltando que oferece, também, um maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade do contrato e garantia dos resultados em uma só empresa, uma vez que ficará responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo e a execução da obra de construção.

Quanto ao parcelamento do projeto a ser elaborado, este abrange uma única edificação, não cabendo assim o parcelamento. Além disso, todos os projetos devem ser elaborados pela mesma projetista a fim de que seja realizada a compatibilização entre as disciplinas de projetos. Ainda, o parcelamento possibilitaria a discussão acerca da responsabilidade sob eventual falha durante a futura obra advinda de erros de projetos.

Destarte, em que pese ser tecnicamente viável dividir a solução, não é na prática solução economicamente admitida, pelas razões acima e por perda de escala ao dividir a solução, não havendo, em contrapartida, aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao parcelar o objeto.

Quanto ao parcelamento da obra de construção, a contratação de distintas empresas do ramo de construção para futuramente atuarem em conjunto numa mesma obra acarretaria na necessidade do gerenciamento das equipes pelo fiscal do contrato, ao qual, nesse cenário hipotético, caberia administrar os eventuais conflitos além de toda a logística para que os diferentes contratados atuem de forma harmônica. Ainda que dispusesse a Administração de quantidade suficiente de fiscais para tanto, o custo administrativo se tornaria inviável. Ainda, o número de contratos se multiplicaria, incrementando os custos administrativos de gestão.

Continuando, inúmeros conflitos de garantias poderão surgir, encontrando-se a fiscalização no papel de arbitro na apuração de responsabilidades. Ainda, o descompasso entre os fornecedores poderia levar a paralisação da obra ou a multas ou solicitações de reequilíbrio por parte de algum fornecedor que restasse prejudicado, repassando à Administração todo esse risco e gerenciamento logístico. De igual forma e como já referido quanto aos projetos, não será admissível o parcelamento do objeto referente aos serviços especializados de projetos, tendo em vista se tratar de contratação integrada.

Todas estas considerações se estendem para a aquisição de materiais e mão de obra de forma separada. Se encontraria a Administração no papel de providenciar e gerenciar a compra dos materiais, bem como a logística de entrega destes, administrando e fiscalizando, ainda, o devido emprego destes materiais e perdas na execução dos serviços.

Ressalta-se que em contratações com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa do objeto implica em atrasos subsequentes, além do aumento de custo. Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a Administração Pública, tendo em vista a complexidade da contratação e pelas razões supramencionadas.

Logo, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

16. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IX)

Tecnicamente, para serem atingidos os objetivos da administração do TJPR para a Comarca em análise, far-se-á necessária a contratação de empresa para elaboração do Projeto Básico e Projeto Executivo e Execução das Obras para implementação da opção escolhida pela Administração TJPR para intervenção na estrutura física da Comarca, entre as preconizadas pelo presente Estudo Técnico Preliminar.

O resultado pretendido com a contratação acima referida a partir de uma solução técnica, política e administrativa que, respeitada uma relação custo-benefício eficaz e eficiente, supra as mais amplas necessidades, funcionalidades e ambientes jurisdicionais preconizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é a construção de novo Fórum para a Comarca de **PARANAVÁI**.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o artigo 15, §1º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, X)

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema da contratação;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

Desta forma, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso X, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, XI)

Na etapa de planejamento da contratação foram consultados o Departamento do Patrimônio, o Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados, o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia e Arquitetura, que se manifestaram:

. Cota DP-D [9748292](#):

"II - Informo que esta Divisão poderá dar atendimento às demandas de mobiliários através de atas de registro de preços, bem como do reaproveitamento dos móveis que estiverem em boas condições de uso. "

. Cota DP-DAM [9734996](#):

"Inclua-se em acompanhamento especial a fim de aguardar as definições das futuras necessidades, no que tange ao fornecimento de materiais de expediente e bens de consumo."

. Informação DGST-DGC [9745911](#):

*"Em atenção à Cota DEA-DPCE [9732995](#), de lavra da Divisão de Planejamento de Contratações de Engenharia e considerando a repercussão, insta informar os contratos de terceirização de mão de obra que abrangem as Comarcas de **CAMPO MOURÃO, PARANAÍ e UNIÃO DA VITÓRIA**:*

CAMPO MOURÃO: Contrato nº 24/2023 (8603944), firmado entre este E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **COSTA OESTE SERVIÇOS LTDA**, no dia 09 de fevereiro de 2023, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de **limpeza**, conservação, asseio, copeiragem e recepção, em regime de empreitada por preço global, executados nas dependências dos Fóruns integrantes das Comarcas da **Regional VIII - Maringá**, do Poder Judiciário do Estado do Paraná; e **Contrato nº 28/2019 (3655840)**, firmado entre este E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA**, no dia 25 de janeiro de 2019, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de **vigilância** armada/desarmada, em regime de empreitada por preço global, executados nas dependências das **Comarcas integrantes da Regional VIII** do Poder Judiciário do Estado do Paraná;

PARANAÍ: Contrato nº 24/2023 (8603944), firmado entre este E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **COSTA OESTE SERVIÇOS LTDA**, no dia 09 de fevereiro de 2023, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de **limpeza**, conservação, asseio, copeiragem e recepção, em regime de empreitada por preço global, executados nas dependências dos Fóruns integrantes das Comarcas da **Regional VIII - Maringá**, do Poder Judiciário do Estado do Paraná; e **Contrato nº 28/2019 (3655840)**, firmado entre este E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA**, no dia 14 de janeiro de 2019, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de **vigilância** armada/desarmada, em regime de empreitada por preço global, executados nas dependências das **Comarcas integrantes da Regional VIII** do Poder Judiciário do Estado do Paraná;

UNIÃO DA VITÓRIA: Contrato nº 21/2023 (8723641), firmado entre este E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **DGX TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI**, no dia 24 de fevereiro de 2023, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de **limpeza**, conservação, asseio, copeiragem e recepção, em regime de empreitada por preço global, executados nas dependências dos Fóruns integrantes das Comarcas da **Regional II - Ponta Grossa**, do Poder Judiciário do Estado do Paraná; **Contrato nº 323/2018 (3434375)**, firmado entre este E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA**, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de **vigilância** armada e desarmada, em regime de empreitada por preço global, executados nas unidades judiciárias das Comarcas pertencentes à **Regional II** do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com início da vigência a partir de **07 de novembro de 2018 e final da vigência em 07 de novembro de 2023**; e **Contrato nº 230/2023 (9701411)**, firmado entre este E. Tribunal de Justiça e a empresa **Genesys - Vigilância e Segurança Patrimonial - Ltda**, cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de **vigilância patrimonial**, armada e desarmada, em regime de empreitada por preço global e dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados junto aos Fóruns integrantes da **Regional II (Ponta Grossa)** do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com início da vigência a partir de **08 de novembro de 2023**;"

. Manifestação DGST-DSAS [9751974](#):

"Ponderando o padrão dos imóveis com as seguintes metragens 6.228,96m² de área construída, em terrenos de até 10.064,98m², segundo Projeto de Implantação (ID's [9726126](#), [9726134](#), [9726147](#)), sugere-se em prévia, para cada imóvel, o seguinte quantitativo (smj):

- 02 postos de servente/copeira com carga horária 44 horas semanais;
- 06 postos de servente com carga horária 44 horas semanais;
- 01 posto de vigilância armada de 12 horas diurna;
- 01 posto de vigilância armada de 12 horas noturna;
- 03 posto de vigilância desarmada de 44 horas semanais, e
- 02 postos de porteiro de 44 horas semanais."

. Informação DTIC-CIN-DINFRA [9755856](#):

"I - Em relação a novas edificações, é importante destacar a necessidade de instalação de um link de comunicação, cujo pedido deve seguir os prazos estabelecidos pelo contrato vigente na época da solicitação. Antes de solicitar a viabilidade técnica para a instalação do link, é necessário que o imóvel disponha de entrada de telecomunicações desobstruída, permitindo a instalação por parte da operadora até a sala técnica. Dessa forma, sugerimos que expedientes relacionados à construção de novas edificações e/ou locações tramitem por essa Divisão, conforme o avanço das obras e/ou após contratos assinados, de forma a possibilitar o atendimento dentro dos prazos estabelecidos.

II - Além disso, ainda no âmbito das novas edificações, encontra-se em tramitação nesta Divisão um processo para aquisição de rede wifi em todo o Paraná. Esse processo contempla o serviço de site survey, atividade que busca identificar a melhor posição para instalação do roteador wireless (access-point) com base no layout da edificação. Esse processo abrange todas as unidades em uso por este Tribunal. Para uma edificação nova e/ou locação, sugerimos que esteja contemplado o respectivo serviço nos mesmos moldes estabelecidos na contratação vigente. Isso possibilitará que a instalação de novos equipamentos e/ou transferência entre edificações sigam as melhores práticas em relação a nível e cobertura de sinal."

· Informação DEA-DMA [9774474](#)

"no que diz respeito à Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia e Arquitetura (DEA-DMA), no âmbito dos Contratos, existe em vigor:

Contrato nº 32/2021 ([6139613](#) e Anexos [6140635](#)), firmado entre este Tribunal de Justiça e a empresa **EQS ENGENHARIA S/A**, cujo objeto é a prestação de serviços continuados de manutenção predial executados nas sedes administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com fornecimento de mão de obra exclusiva, equipamentos, ferramentas, veículos, materiais e insumos, com início da vigência e da execução dos serviços em 05 de abril de 2021, e que se encontra vigente por 12 (doze) meses, a contar de 05 de abril de 2023, por força do Termo Aditivo nº 03 ([8874532](#)). (SEI [0057719-97.2019.8.16.6000](#))

Campo Mourão Regional Campo Mourão 4.000m2 5 dias úteis de manutenção preventiva em cada ciclo de 45 dias;

Paranavaí Regional Maringá 1.944,09m2 7 dias úteis de manutenção preventiva em cada ciclo de 45 dias;

União da Vitória Regional União da Vitória 2.665,96m2 7 dias úteis de manutenção preventiva em cada ciclo de 45 dias;"

Diante do exposto, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso XI, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, XII)

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que serão incluídos no escopo da elaboração dos projetos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, reaproveitamento de água de chuvas, logística reversa para desfazimento e reciclagem de resíduos da construção e refugos, além de que todo o material e equipamentos a serem fornecidos deverão considerar a composição, características e componentes sustentáveis.

Haverá também previsão de responsabilidade ambiental da futura contratada.

O estudo ambiental contemplará todas as licenças para emissão de alvará da futura obra em terrenos com áreas de preservação permanente, bem como autorizações e licenças para supressão vegetal indicadas.

O estudo ambiental a ser desenvolvido terá como objetivos:

- Análise da existência de área de preservação permanente no terreno;
- Delimitação em planta de provável área de preservação permanente no terreno;
- Elaboração de diagnóstico ambiental de cobertura vegetal no terreno com definição de impactos da futura obra, indicando quais árvores nativas e exóticas poderão ser suprimidas;
- Definição de medidas mitigadoras, se necessário;
- Elaboração de estudo ambiental, licenciamento ambiental;
- Licenciamentos ambientais necessários para emissão de alvará de obra, incluindo autorização de supressão vegetal.

Se no diagnóstico for indicada a necessidade de outras autorizações e licenciamentos ambientais para execução da obra, a CONTRATADA deverá orientar o Tribunal de Justiça nesses processos. Também é responsabilidade da CONTRATADA a especificação de possíveis estudos adicionais que se fizerem necessários.

Deverá também ser elaborado o PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA OBRA (PGRCC) com catalogação de todos os resíduos, previsão de seu armazenamento e sua destinação final. Todas as etapas da obra deverão ser contempladas, assim como os resíduos gerados em cada uma delas.

A classificação para caracterização dos resíduos deverá ser feita de acordo com a Resolução [307/2002](#) do CONAMA e suas alterações. Os resíduos que não se enquadrarem na classificação do CONAMA, devem ser classificados pela NBR [10.004](#). Deve ser apresentado memorial de cálculo de quantidades finais de resíduos gerados, tanto para a obra quanto para eventuais demolições, descrevendo em memorial a metodologia utilizada.

O plano de gestão de resíduos deverá indicar claramente quais os documentos e aprovações legais são necessários para coleta e transporte de todos os tipos de resíduos gerados. Deve ser analisada também a possível reutilização ou reciclagem dos resíduos na própria obra, caso seja possível, deve estar claro quais resíduos serão reutilizados, quantidades e forma de reutilização.

Consequentemente, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso XII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

20. IMPACTOS SOCIOECONÔMICO, SOCIOAMBIENTAL, SOCIOCULTURAL E SOCIOPOLÍTICO (Decreto Estadual nº 10.086/2022, art. 447, II)

A construção de novos Fóruns na Comarca terá uma série de impactos significativos em diversas dimensões da vida das comunidades. Nas esferas socioeconômica, socioambiental, sociocultural e sociopolítica, destacam-se os seguintes impactos:

20.1. Impacto Socioeconômico:

Geração de Empregos: A construção do fórum impulsiona a economia local, gerando empregos temporários durante a fase de construção e permanentes após a conclusão para funções como segurança, limpeza, administração, entre outras.

Estímulo ao Comércio Local: Com a presença de mais pessoas na região devido ao fórum, o comércio local pode experimentar um aumento nas vendas, beneficiando restaurantes, lojas e outros negócios próximos.

20.2. Impacto Socioambiental:

Mudanças no Tráfego e Mobilidade: A construção do fórum, por se tratar de obra de pequeno porte diante da virtualização dos processos judiciais, não afetará o tráfego local e a mobilidade.

Preservação Ambiental: Os projetos considerarão os impactos ambientais da construção, como a preservação de áreas verdes e a gestão adequada de resíduos de construção. Medidas sustentáveis podem minimizar o impacto negativo no meio ambiente.

20.3. Impacto Sociocultural:

Integração Comunitária: O fórum pode se tornar um espaço para atividades comunitárias, promovendo a integração entre os residentes e fortalecendo os laços sociais na cidade.

Acesso à Justiça: A presença de um fórum na cidade irá facilitar o acesso à justiça, permitindo que os cidadãos resolvam questões legais de forma mais eficiente e conveniente.

20.4. Impacto Sociopolítico:

Fortalecimento da Infraestrutura Legal: A presença de um novo fórum com infraestrutura moderna fortalecerá a atividade judiciária na cidade, contribuindo para uma administração mais eficaz da justiça.

Participação Cidadã: A construção de um novo fórum tende a estimular a participação cidadã, com a comunidade local tornando-se mais envolvida em questões legais e sociopolíticas.

Em resumo, a construção de um novo Fórum na Comarca é um empreendimento que vai além das mudanças físicas na paisagem urbana. Ela moldará aspectos fundamentais da vida na cidade, desde a economia local até a cultura e a participação cívica.

21. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO DECRETO ESTADUAL 10.086/2022

Neste tópico passar-se-á à análise pontual dos requisitos previstos elencados nos Art. 446 a 449 do Decreto Estadual 10.086/2022 que tratam desde o papel da equipe técnica quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, os requisitos do Estudo de Viabilidade e também do Programa de Necessidades.

Check list elementos de Estudo Técnico Preliminar EVT. Nos termos do Decreto Estadual nº 10.086/2022 – PARANAVÁ	
art. 446, alíneas e/ou incisos ETP ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	Doc. SEI
Caput A equipe técnica do órgão ou entidade responsável pela elaboração do estudo técnico preliminar deverá realizar vistoria, in loco, da área onde se pretende executar a obra...	0114857-27.2016.8.16.6000 9788421 , item 5.2
I - o órgão ou entidade interessada no empreendimento público;	9788421 , item 9
II - a localização do empreendimento;	9788421 , item 5.2
III - o croqui da área com as características e dimensões necessárias, com as coordenadas georreferenciadas, de modo a se obter a conformação geométrica com medidas e demais características, e indicação do norte geográfico;	9788454 9788455
IV - a conformação altimétrica, quando couber;	9788454
V - a documentação fotográfica da área onde será construída a obra de engenharia e/ou arquitetura;	2260216
VI - a identificação e titularidade dos terrenos;	9643504
VII - o programa de necessidades, na forma do art. 449 deste Regulamento;	9788421 , item 9
VIII - a natureza e finalidade da obra de engenharia e/ou arquitetura;	9788421 , item 9

IX - a existência de serviços públicos, no caso de obras de edificações;	9788421 , item 5.2
X - a estimativa, aferida mediante metodologia expedita ou paramétrica, dos preços dos estudos, projetos, da preparação da área, da obra, considerando para fins de planejamento orçamentário e financeiro, inclusive possíveis reajustes;	9788421 , item 10
XI - a avaliação prévia de impactos de vizinhança, quando exigida pela legislação aplicável do município ou dos municípios com potencial de impacto a ser produzido pelo empreendimento;	9788421 , item 5.2
XII - a avaliação prévia de tráfego, no caso de vias terrestres;	9788421 , item 5.2
XIII - o estudo de viabilidade conforme o art. 448 deste Regulamento;	9788421
XIV - análise técnica sobre a viabilidade, ou não, de parcelamento do empreendimento;	9788421 , item 14
XV - análise a respeito das escolhas técnicas referentes a economicidade da manutenção do empreendimento	9777426
XVI - levantamento das alternativas, metodologias, e a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;	9788421 , itens 8, 9 e 10
XVII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;	9788421 , itens 5.2 9777426 9777443 9777446
XVIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;	9788421 , itens 8 e 15
art. 447, alíneas e/ou incisos ETP ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	
I - a seleção e a recomendação de alternativas para a concepção dos projetos, de forma a permitir verificar se o programa, terreno, legislação, custos e investimentos são executáveis e compatíveis com os objetivos do órgão ou entidade;	9788421 , itens 6, 7, 8, 9 e 10
II - a análise do impacto socioeconômico, socioambiental, sociocultural e sociopolítico do empreendimento.	9788421 , itens 11
art. 448, alíneas e/ou incisos EVT ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA	
§1º A documentação relativa à área onde será implantado o empreendimento deve ser analisada pela assessoria técnica do órgão ou entidade interessada pelo empreendimento.	0114857-27.2016.8.16.6000 9788421 , item 5.2
§2º A escolha deve recair em área compatível com o que se pretende construir, tanto em suas dimensões como em localização, de forma a minimizar, pelas suas características, em especial pela sua topografia, dispêndios a mais para a Administração, tais como terraplenagem, gastos com ampliação da rede de energia, telefone, água e esgoto, além da existência e condições das vias de acesso, da existência ou não de fornecedores de materiais de construção e mão de obra.	9788421 , item 5.2

§3º O estudo de viabilidade deve verificar a acessibilidade ao empreendimento público, entendida essa como a capacidade de locomoção dos indivíduos, a pé ou por outros meios de transporte, os custos, a disponibilidade de tempo, as redes viárias, as distâncias dos percursos e os obstáculos topográficos, urbanísticos e arquitetônicos, independentemente da densidade populacional.	9788421 , item 5.2
§4º O estudo de viabilidade deve contemplar o levantamento e análise física dos condicionantes do entorno, o levantamento e a análise das restrições e possibilidades das legislações específicas na esfera municipal, estadual e federal.	9788421 , item 5.2
§5º Verificando a pertinência do pedido para a execução da obra ou serviços de engenharia e/ou arquitetura e a viabilidade orçamentária financeira, a autoridade máxima do órgão responsável pela demanda se aprovar a encaminhará à sua assessoria técnica para o início do estudo técnico preliminar.	9607769
art. 449, alíneas e/ou incisos PROGRAMA DE NECESSIDADES	
I - o fim a que se destina a obra ou serviço de engenharia;	9788421 , item 9
II - a caracterização dos futuros usuários, contextualizando-os no ambiente ou espaço projetado, e quantificando-os;	9788421 , item 9
III - a nomeação dos respectivos ambientes ou espaços, caracterizando as atividades funcionais que serão desenvolvidas, de acordo com normativas, legislação e orientações;	9788421 , item 9 9774137
IV - a verificação da necessidade de ambientes ou espaços complementares para o desenvolvimento das atividades específicas, bem como áreas de circulação e ligação entre os ambientes e os espaços públicos;	9788421 , item 9 9774137
V - a determinação da caracterização construtiva, de acordo com a realidade requerida pelo padrão determinado, indicando os prováveis materiais a serem empregados;	9788421 , item 9 9777443 9777446 9777447
VI - estabelecer as relações espaciais entre os ambientes, promovendo uma setorização, quando couber;	9788421 , item 9 9788456 9788450
VII - determinar as necessidades	9788421 , item 9
VIII - as dimensões aproximadas necessárias;	9788421 , item 9
IX - especificar as dimensões prévias dos equipamentos e do mobiliário a ser utilizado, verificar as relações entre os espaços construídos e o paisagismo, para subsidiar a futura implantação;	9788421 , item 9
X - indicar as necessidades do conforto ambiental, orientando para uma construção sustentável.	9788421 , item 9

Verifica-se, portanto, o atendimento integral e dos requisitos entabulados nos artigos 446 a 449 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS – VIABILIDADE DA CONSTRUÇÃO (art. 18, §1º, XIII)

A escolha de melhor opção para intervenção na Estrutura Física da Comarca é prerrogativa da Administração desta Egrégia Corte, inclusive sob prismas políticos e de conveniência e oportunidade que fogem do escopo do presente estudo, eminentemente

técnico.

As propostas trazidas pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura no presente estudo consideram a necessidade de adequação sustentável das edificações do Poder Judiciário do Estado do Paraná consoante com os critérios de adequação de áreas nas futuras edificações que abrigarão os fóruns, manifestados na Decisão Presidencial nº [8802681](#).

Das opções apresentadas, tem-se que:

- A simples reforma não sanará as deficiências da Comarca;
- Pelas dimensões e características do terreno do Fórum Central atual não é possível a execução de ampliação.

Foram apresentadas informações pelos Departamentos de Planejamento, do Patrimônio, de Tecnologia da Informação e Comunicação, de Gestão de Serviços Terceirizados e de Engenharia e Arquitetura.

O presente Estudo Técnico Preliminar observou o disposto na Legislação complementar, obedecendo a padronização dos programas de necessidades, sistemas construtivos, materiais e acabamentos dos Fóruns, buscando eficiência e economicidade aos investimentos realizados pela Administração Pública.

Destaca-se a Resolução CNJ nº 114 de 20/04/2010 que institui sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no poder judiciário; II - Os parâmetros e orientações para precificação, elaboração de editais, composição de BDI, critérios mínimos para habilitação técnica e cláusulas essenciais nos novos contratos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; III - A referência de áreas a serem utilizadas quando da elaboração de novos projetos de reforma ou construção de imóveis no Poder Judiciário; IV - A premiação dos melhores projetos de novas obras no âmbito do Poder Judiciário. E também a Resolução CNJ nº 401 de 16/06/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

Nos termos das considerações técnicas e demais dados estatísticos e situacionais da Comarca, entre as alternativas apresentadas, **a construção de novo Fórum na Comarca de PARANAVAÍ**, apresenta-se, *a priori*, como a mais adequada às necessidades atuais e futuras da unidade, possibilitando condições ideais de tecnologia, funcionalidade e de acessibilidade adotados por este Tribunal de Justiça. Ressalte-se que o atual edifício não comporta reestruturações visando às necessidades previstas no Código de Organização e Divisão Judiciárias, bem como na legislação vigente, notadamente: acessibilidade, sustentabilidade a nível ambiental, econômico e social.

Considerando, contudo, ser a competência deste Departamento restrita à análise técnica de eventuais intervenções na estrutura física da Comarca, sendo de competência exclusiva da Alta Administração do Tribunal de Justiça a análise quanto à oportunidade e conveniência de adoção e implementação de quaisquer das alternativas elencadas, **SUGERE-SE** o encaminhamento do presente Estudo Técnico Preliminar ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para deliberação quanto à **construção de nova edificação com Projeto TJPR Padrão P5000**.

Isso posto, estão preenchidos os requisitos elencados no artigo 18, §1º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 15, §1º, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Curitiba, data da assinatura eletrônica.

(Assinatura Digital)

Coordenador

Arqº Urbanista e Bel. Paulo Henrique Molinari

Chefe da Divisão de Projetos

(Assinatura Digital)

Coordenadora

Engª Daniele Schneider

Divisão de Projetos

(Assinatura Digital)

Ciente e de acordo.

Engº Alessandro Odorizzi

Chefe da Divisão de Obras

(Assinatura Digital)

ELOISE EICHHOLZ RICHTER RIBEIRO

Divisão de Planejamento de Contratações de Engenharia

Departamento de Engenharia e Arquitetura

(Assinatura Digital)

CAROLINA DE FREITAS PALADINO

Chefe da Divisão de Planejamento de Contratações de Engenharia

(Assinatura Digital)

LEONEL JUNIOR PEDRALLI

Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MOLINARI, Arquiteto**, em 30/11/2023, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELE SCHNEIDER, Engenheira**, em 30/11/2023, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEONEL JUNIOR PEDRALLI, Diretor de Departamento**, em 30/11/2023, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ODORIZZI, Engenheiro**, em 30/11/2023, às 19:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELOISE EICHHOLZ RICHTER RIBEIRO, Técnico Judiciário**, em 30/11/2023, às 21:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA DE FREITAS PALADINO, Chefe de Divisão**, em 01/12/2023, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **9830808** e o código CRC **309FFABD**.